

DIREITO À MEMÓRIA, GEOGRAFIA DO CONFLITO: A NARRATIVA DECOLONIAL DA AMAZÔNIA EM “LEALDADE” DE MÁRCIO SOUZA

RIGHT TO MEMORY, GEOGRAPHY OF CONFLICT: THE DECOLONIAL NARRATIVE OF THE AMAZON IN “LOYALTY” BY MÁRCIO SOUZA

DERECHO A LA MEMORIA, GEOGRAFÍA DEL CONFLICTO: LA NARRATIVA DESCOLONIAL DE LA AMAZONIA EN “LEALTAD” DE MÁRCIO SOUZA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n10-173>

Data de submissão: 15/09/2025

Data de publicação: 15/10/2025

Neuza Pereira de Oliveira
Mestra em Estudos Literários
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
E-mail: neuzaaa360@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9279-8632>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5159740705938672>

Elizeth Souza da Cruz de Melo
Doutora em Ciências da Educação
Instituição: Universidad de La Integración de Las Américas (UNIDA)
E-mail: zethmel@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7835-4341>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4964027675641113>

Izidoria Silva dos Santos Amorim
Doutora em Ciências da Educação
Instituição: Universidad de La Integración de Las Américas (UNIDA)
E-mail: izidoria.ita@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6808-0359>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1821923512714239>

Maria Cilene Gomes Rodrigues Barrozo
Doutora em Ciências da Educação
Instituição: Universidad de La Integración de Las Américas (UNIDA)
E-mail: cilene.rodrigues2009@hotmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-5907-8478>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1885400189746421>

Sônia Maria Teixeira Machado
Mestra em Geografia
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia (IFRO)
E-mail: sonia.machado@ifro.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-4895-0662>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6452764110432892>

Claudia Cleomar Ximenes

Mestra em Geografia

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: profa.ximenescerqueira@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4125-7991>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8014015246571237>

Carlos Roberto Amorim

Mestre em Ciências da Educação

Instituição: Universidad de La Integraión de Las Américas (UNIDA)

E-mail: carlos.roberto.amorim@prof.am.gov.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1273-1949>

Yuri Lopes de Oliveira

Licenciatura em História, Pedagogia e Bacharelando em Direito

Instituição: Faculdades Integradas de Ariquemes (FIAR)

E-mail: yuriseduc@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-6417-9197>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9330868610261416>

Gabriel Kauã Ximenes Cerqueira

Bacharelando em Direito

Instituição: Faculdades Estácio de Pimenta Bueno, Estácio FAP

E-mail: gabrielkaua700@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-4371-1790>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3454419891046000>

RESUMO

Entre a memória falível e o rio que testemunha, a identidade amazônica se reinventa na encruzilhada colonial. O presente estudo objetivou analisar a construção da identidade pós-colonial na obra "Lealdade", de Márcio Souza, por meio de uma discussão dialética (tese-antítese-síntese) que evidencie o conflito entre a internalização do ideal eurocêntrico e a emergência de uma consciência regional amazônica, tomando como eixo central a trajetória e as crises do protagonista Fernando. A metodologia está pautada na análise do conteúdo, sob o olhar dialético, de forma qualitativa. A análise da construção identitária pós-colonial em "Lealdade" revela um processo dialético encarnado na trajetória de Fernando. Inicialmente, o protagonista incorpora a tese colonial ao idealizar Portugal e menosprezar os costumes amazônicos. A antítese emerge com suas experiências concretas na região e o contato com ideias libertárias, desencadeando uma crise que tensiona suas lealdades. A síntese configura-se não como resolução, mas como um devir identitário híbrido: Fernando abraça a causa cabana, mas permanece marcado pela contradição. Este percurso demonstra que a identidade pós-colonial na Amazônia se constitui através de quatro eixos: a memória falível como instrumento político, o território como agente do conflito, a polifonia cultural como resistência e o direito à memória como reparação. A obra revela, assim, que a descolonização é um processo permanente de negociação entre herança europeia e emergência regional, onde a crise individual espelha o conflito coletivo pela autodeterminação.

Palavras-chave: Construção Identitária. Dialética. Pós-colonial. Espaço Amazônico. Resistência.

ABSTRACT

Between fallible memory and the river as witness, the Amazonian identity reinvents itself at the colonial crossroads. This study aimed to analyze the construction of post-colonial identity in Márcio Souza's work "Lealdade" through a dialectical discussion (thesis-antithesis-synthesis) that highlights the conflict between the internalization of the Eurocentric ideal and the emergence of an Amazonian regional consciousness, taking the trajectory and crises of the protagonist Fernando as its central axis. The methodology is based on qualitative content analysis, viewed through a dialectical lens. The analysis of the post-colonial identity construction in "Lealdade" reveals a dialectical process embodied in Fernando's trajectory. Initially, the protagonist incorporates the colonial thesis by idealizing Portugal and disparaging Amazonian customs. The antithesis emerges from his concrete experiences in the region and his contact with libertarian ideas, triggering a crisis that strains his loyalties. The synthesis is configured not as a resolution, but as a hybrid identity-in-the-making: Fernando embraces the Caban cause but remains marked by contradiction. This trajectory demonstrates that post-colonial identity in the Amazon is constituted through four key pillars: fallible memory as a political instrument, territory as an agent of conflict, cultural polyphony as resistance, and the right to memory as reparation. Thus, the work reveals that decolonization is a permanent process of negotiation between European heritage and regional emergence, where the individual crisis mirrors the collective conflict for self-determination.

Keywords: Identity Construction. Dialectics. Post-colonial. Amazonian Space. Resistance.

RESUMEN

Entre la memoria falible y el río que testimonia, la identidad amazónica se reinventa en la encrucijada colonial. El presente estudio tuvo como objetivo analizar la construcción de la identidad poscolonial en la obra "Lealdade" de Márcio Souza, por medio de una discusión dialéctica (tesis-antítesis-síntesis) que evidencie el conflicto entre la internalización del ideal eurocéntrico y el surgimiento de una conciencia regional amazónica, tomando como eje central la trayectoria y las crisis del protagonista Fernando. La metodología se basa en el análisis de contenido, bajo una mirada dialéctica, de forma cualitativa. El análisis de la construcción identitaria poscolonial en "Lealdade" revela un proceso dialéctico encarnado en la trayectoria de Fernando. Inicialmente, el protagonista incorpora la tesis colonial al idealizar Portugal y menospreciar las costumbres amazónicas. La antítesis emerge con sus experiencias concretas en la región y el contacto con ideas libertarias, desencadenando una crisis que tensiona sus lealtades. La síntesis se configura no como una resolución, sino como un devenir identitario híbrido: Fernando abraza la causa cabana, pero permanece marcado por la contradicción. Este recorrido demuestra que la identidad poscolonial en la Amazonía se constituye a través de cuatro ejes: la memoria falible como instrumento político, el territorio como agente del conflicto, la polifonía cultural como resistencia y el derecho a la memoria como reparación. La obra revela, así, que la descolonización es un proceso permanente de negociación entre herencia europea y emergencia regional, donde la crisis individual refleja el conflicto colectivo por la autodeterminación.

Palabras clave: Construcción Identitaria. Dialéctica. Poscolonial. Espacio Amazónico. Resistencia.

1 INTRODUÇÃO

A história oficial, frequentemente forjada pelos vetores do poder, tende a silenciar as vozes das periferias geopolíticas, desta forma consolida-se uma memória única e, não raro, excludente. Contra essa hegemonia, a literatura emerge como um território privilegiado de disputa, um espaço onde se pode reivindicar o direito à memória e reconfigurar a geografia simbólica e política dos acontecimentos, e assim tece, fio a fio, a tapeçaria plural de um passado que se recusa a ser apagado.

Nesse contexto que a obra “Lealdade”, de Márcio Souza (1997), se insere como um projeto narrativo fundamental. Integrante das “Crônicas do Grão-Pará e Rio Negro”, o romance não se limita a ficcionalizar o passado; ele o interroga e desestabiliza, situando-se no epicentro de um conflito fundante que é a tensão entre a história oficial da formação nacional e as narrativas subalternizadas da Amazônia. Contexto, que na época dessa obra era difundida a ideia de que era um grande vazio demográfico.

Este estudo parte do entendimento de que “Lealdade” utiliza a memória falível e a crise identitária do protagonista, Fernando, para operar uma intervenção decolonial de duplo alcance. Em primeiro lugar, a obra afirma um “direito à memória” como forma de resistência, contestando a noção de uma história objetiva e única. A narrativa “pouco fiel” e metaficcional de Fernando é considerada como instrumento político para corroer as bases do discurso histórico oficial e dar visibilidade às vozes silenciadas pela colonização.

Em segundo lugar, o romance constrói uma geografia do conflito, onde o espaço amazônico, o Grão-Pará e Rio Negro, deixa de ser um mero pano de fundo para se tornar um agente ativo na trama. É nesta geografia específica que se desenrolam os embates pela independência, pela definição de lealdades e pela própria construção de uma identidade pós-colonial, tensionada entre o ideal eurocêntrico e a emergência de uma consciência regional.

Para decifrar esse processo, adota-se como fio condutor a trajetória de Fernando, analisada por meio de uma lente dialética (tese-antítese-síntese). Sua crise pessoal espelha o conflito coletivo: a internalização do projeto colonial (tese) entra em colapso frente à experiência concreta das contradições sociais e políticas da região (antítese), forja uma identidade híbrida e inacabada (síntese) que é a marca das subjetividades pós-coloniais.

Ancorado na solidez dos estudos pós-coloniais e decoloniais, objetiva-se, portanto, demonstrar como o romance articula o direito à memória falível e a geografia do Grão-Pará como eixos de uma narrativa de resistência. Para tanto, buscou-se analisar a crise identitária do protagonista Fernando como uma encenação dialética do trauma colonial, examinar a metaficação historiográfica como dispositivo crítico que desestabiliza a noção de história oficial.

Ao cartografar, na tessitura literária, os conflitos políticos e sociais que deságiam na Cabanagem, consolida-se “Lealdade” como um ato de insurgência narrativa. A reflexão dialética aqui empreendida busca, portanto, iluminar, por meio do estudo da obra, as intrincadas relações entre História, Geografia e Direito que forjam a memória e redefinem o território amazônico no cenário pós-colonial.

Diante desse quadro, a análise que se segue buscará demonstrar como “Lealdade” opera, por meio de sua ficção, uma vigorosa reivindicação do direito à memória e uma reconfiguração da geografia simbólica da Amazônia, posicionando-se não apenas como uma representação do passado, mas como um ato de intervenção no presente e um projeto de futuro para a identidade regional.

2 METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, tendo como fonte primária o romance “Lealdade” (SOUZA, 1997) e como fundamentação teórica os estudos pós-coloniais e decoloniais.

A estratégia de análise adotada é a hermenêutica de profundidade dialética (RICOEUR, 2005), que se desdobrou em três momentos: i) a análise interna da obra para apreensão de suas contradições narrativas; ii) a mediação teórica, onde tais contradições foram confrontadas com o referencial dos estudos decoloniais; e iii) a síntese interpretativa, que buscou demonstrar como o romance constrói uma narrativa de resistência.

Para a operacionalização da análise, foi adotada a Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), que consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

O procedimento seguiu as três etapas clássicas proposta por Bardin (2011): i) Pré-análise; ii) Exploração do material; e iii) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na fase de exploração do material, utilizou-se a análise temática, categorizando as unidades de registro a partir das categorias dialéticas de Tese, Antítese e Síntese, que orientaram a interpretação do discurso literário e de suas relações com o contexto histórico-social da Amazônia.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: MEMÓRIA E A NARRATIVA DECOLONIAL

Entre a delimitação do campo de estudo, que articula o direito à memória, a geografia do conflito e a narrativa decolonial, e o aprofundamento específico na perspectiva decolonial, é

estabelecido o marco conceitual que as conecta. Este segmento inicial da fundamentação teórica traça o mapa de acesso à matriz de pensamento que desnaturaliza as estruturas de poder vigentes.

Esta transição para a análise da colonialidade do poder e do saber é tanto sequencial quanto orgânica. Por meio desta cartografia conceitual, os conceitos de memória, espaço e narrativa são desconstruídos, transcendendo as visões hegemônicas. Desse modo, expõe-se como a geografia dos conflitos e o controle da memória se tornam instrumentos vitais para a perpetuação da colonialidade.

3.1 A PERSPECTIVA DECOLONIAL: COLONIALIDADE DO PODER E DO SABER

A perspectiva decolonial adotada neste estudo ultrapassa a análise do colonialismo como período histórico, foca-se na colonialidade, padrão de poder que, surgido com a colonização, perpetua-se nas estruturas de conhecimento, cultura e poder mesmo após as independências formais. Cunhado por Aníbal Quijano (2005), o conceito de “colonialidade do poder” é fundamental para compreender como hierarquias raciais e, acrescenta Quintero (2005), as epistemologias eurocêntricas continuam a moldar as relações sociais. Essa é uma crítica que dialoga com as contribuições de Césaire (2020) sobre a desumanização inerente ao projeto colonial.

O pensamento decolonial compreende a modernidade ocidental como indissociável da colonialidade, aonde a promessa de progresso veio acompanhada da subjugação de outros saberes e modos de vida (QUINTERO, 2019). É a colonialidade do saber (MIGNOLO, 2005). A decolonização é entendida como práxis, nos termos de Mignolo (2003), o qual leciona ser um processo ativo de “desfazer e refazer” que implica o desligamento crítico das estruturas ocidentais e a reconstituição de formas autônomas de pensar, falar e viver.

A propositura do estudo acompanha a compreensão de que é necessário aprofundamento da ciência no processo decolonial em debate há décadas. Nos anos de 1990 com os estudos relacionados à colonialidade de Quijano (1993) passa a ser articulado na academia estudos semelhantes. Abre-se, portanto uma série de atividades intelectuais que reabrem discussões acerca de problemáticas histórico-sociais, consideradas como superadas pelo próprio fator tempo.

No entanto, nos últimos 30 anos, as mais variadas áreas do conhecimento, principalmente das ciências sociais, têm debatido fatos históricos e conhecido que mesmo antes dos anos de 1990 do século XX, a literatura tem apresentado embutida na ficção verdades a serem desveladas. À literatura latino-americana ganha força, nesse sentido, nos estudos que Escobar (2005) denomina como projeto reverbera como um marco de investigação: Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MCD).

O termo decolonial recebeu visibilidade em meados da década de 1990, devido a um grupo de estudiosos do pensamento de crítica. O processo de colonização europeu ganhou visibilidade com

críticas fundamentadas nas teorias pós-coloniais. Alguns escritores que são considerados teóricos decoloniais como: Enrique Dussel, Walter Mignolo, Immanuel Wallerstein, Edgardo Lander, Aníbal Quijano entre outros, fundamentaram-se em uma análise crítica das relações de poder do mundo capitalista que se perpetuava cada vez mais no processo colonizador. (QUINTERO, FIGUEIRA; ELIZALTE, 2019).

A forma como se vê o decolonialismo, como destaca Mignolo (2005) está em estudos pós-coloniais, os quais são provenientes de centros acadêmicos localizados no primeiro mundo. O autor entende que por conta da influência pós-modernismo e do pós-estruturalismo, os estudos decoloniais estão mais centrados na análise do discurso e da textualidade. Da mesma forma, Quintero, Figueira e Elizalte (2019) destacam que o pós-colonialismo teve influência direta da produção intelectual periférica, isto porque, como bem já explicava Mignolo (2005) passaram, desde a década de 1990 a estar atenta ao discurso hegemônico.

O pós-Colonialista surgiu, na perspectiva de crítica à colonização, a priori com Said (2010), que é um dos pioneiros nessa ótica quando escreve “Orientalismo - O Oriente Como Invenção do Ocidente” e percebe que colonização nos continentes africanos, asiáticos e americano, propagou-se uma invenção de estereótipos de povos nativos entre culturas, ou seja, ocorre o hibridismo, como destaca Coser (2010).

Essa forma de ver o colonizador possibilitou comportamento etnocêntrico, o que leva a considerar que os europeus se sentiram superior em relação à cultura dos outros povos, criticada está por teóricos como Frantz Fanon (2022), Aimé Césarie (2020), Stuart Hall (2015), Hommi Bhabha (2018). Por isso, a teoria pós-colonial consolida-se não como um mero campo de estudo, mas como um robusto instrumento de desmontagem dos arquétipos coloniais, revelando as estruturas de poder que forjaram, e ainda perpetuam, hierarquias culturais e epistêmicas.

3.2 GEOGRAFIA DO CONFLITO, TERRITÓRIO AMAZÔNICO E SAQUE COLONIAL

No campo espacial, a “Geografia do Conflito” investiga como o espaço é simultaneamente produto e produtor de relações de poder (Lefebvre, 2006). A própria disciplina geográfica tem suas raízes no colonialismo, fornecendo as bases cartográficas e intelectuais para a dominação e a “outrização” de culturas não-ocidentais (NOGUEIRA, 2021; CLAVAL, 2006). Conceitos como o “Oriente”, analisado por Edward Said (1995; 2008), exemplificam como narrativas geográficas podem criar estereótipos que legitimam intervenções.

Decolonizar a geografia significa, portanto, desafiar essas narrativas dominantes e promover vozes marginalizadas, incorporando metodologias participativas como o mapeamento comunitário

que valorizam conhecimentos locais e indígenas. Na Amazônia, isso se traduz em compreender a floresta não como um vazio a ser ocupado – como pregava a política oficial nos anos 1970 – mas como território vivo, historicamente ocupado e manejado por povos originários.

Mais recente, Castro (2017) em *Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência*, destaca que a alteração territorial na Amazônia a qual trata leva ao entendimento que o avanço do capital sempre foi o interesse do príncipe regente. A dinâmica do mercado mundial a qual Castro discute ajuda a entender o uso da terra e a estrutura política pós-colonial, para a autora o Brasil ainda sente o reflexo dos saques e permanece nas lutas de resistência, por isso, é salutar o movimento intelectual e literário decolonial.

No Grão-Pará de Souza (1997) fica evidente que em Lealdade o quanto havia mudado para pior a situação da região. Saudoso destaca:

Quão diferente de hoje, quando o café se transferiu para as terras roxas de São Paulo, o algodão para as plagas nordestinas e aqui não se produz mais absolutamente nenhum dos tradicionais artefatos de borracha. Os produtos da selva já não valem tanto quanto antes, e não mais se fazem fortunas da noite para o dia. Segundo histórias que passavam de boca em boca, o Império do Brasil queria o Grão-Pará de joelhos, como um mendigo sentado num baú de ouro (SOUZA, 2001, p. 34).

Este relato, além de ser nostálgico, é uma denúncia. As lacunas da história oficial, como bem mostra a citação, escondem as mazelas sofridas pelos povos tradicionais. Daí a importância fundamental do engajamento com a literatura pós-colonial, que, nas palavras de Santos (2005, p. 343), "mostra as marcas profundas da exclusão e da dicotomia cultural durante o domínio imperial, as transformações operadas pelo domínio cultural europeu e os conflitos delas decorrentes".

3.3 DIREITO À MEMÓRIA E NARRATIVA TRANSCULTURAL

Juridicamente, o "Direito à Memória" configura-se tanto como mecanismo de resistência contra o apagamento histórico quanto como princípio jurídico respaldado pela ordem constitucional e internacional. Fundamentado nos artigos 5º, incisos X e XIV da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) que garantem a inviolabilidade da imagem, honra e acesso à informação.

Esse direito foi concretizado através da Lei nº 12.528/2011 (BRASIL, 2011), que instituiu a Comissão Nacional da Verdade com o objetivo de resgatar a memória histórica sobre graves violações de direitos humanos. O direito à memória opera assim como medida de reparação simbólica, posição reforçada pelo Supremo Tribunal Federal ao não reconhecer o "direito ao esquecimento" como princípio genérico (Tema 786), afirmando a primazia da memória coletiva. Na Amazônia, este direito

vincula-se intrinsecamente à proteção territorial, onde sítios arqueológicos e memórias ancestrais funcionam como tecnologias de resistência contra ameaças como grilagem e desmatamento.

Articulando essas dimensões, a "Narrativa Decolonial" emerge como veículo de contestação da história única, dando visibilidade a versões alternativas dos fatos sob a perspectiva dos vencidos. A obra "Lealdade", de Márcio Souza (1997), exemplifica essa prática ao recountar a história do Grão-Pará e Rio Negro através da memória falível do protagonista Fernando, desestabilizando a narrativa oficial e remapeando simbolicamente memória e território amazônicos.

A literatura intitulada pós-colonial recebe uma importância significativa no âmbito literário, histórico, sociológico, político e antropológico. Muitos são os teóricos que se debruçam sobre novas formas de pensar a literatura a partir das dominações ocorridas ao longo, principalmente, dos últimos séculos. A literatura pós-colonial não é a posterior à colonização, mas sim aquela que veio durante a colonização para dar voz à experiência do colonizado, ignorado pela produção principal vigente até então. Tentar se posicionar, dessa vez, como esforço literário organizado, tanto em sua forma quanto em sua temática, a fim de disseminar discursos que subvertem os discursos da expansão colonial.

A colonização, como leciona Hall (2014) é um processo subjacente tanto às sociedades colonizadoras como as colonizadas, transformando decisivamente tais sociedades pelo processo de transculturação narrativa que impossibilita um retorno às pluralidades culturais originais.

Oportuno recuperar a contribuição de Eslava (2007), para quem o conceito de transculturação narrativa encontra-se ainda em processo de construção. Para fundamentar essa discussão, toma-se como base a concepção de Rama (1982) em *Transculturación narrativa en América Latina*. O autor sustenta que, se por um lado o princípio unificador do texto e a construção de uma linguagem literária própria podem atender ao projeto racionalizador da modernidade, por outro, a perspectiva linguística adotada restaura, de maneira compensatória, a cosmovisão regional. Dessa forma, revitaliza e se aprofunda essa visão de mundo, como ela se expande de modo mais autêntico e artisticamente consistente, resultando em uma modernização que não implica a destruição da identidade cultural.

A adoção de uma nova cultura é considerada como necessária nos estudos decolonial. Hall (2014) enfatiza que a descolonização foi um processo longo, gradual e diferenciado e que a persistência dos efeitos da colonização, internalizados na própria sociedade colonizada, vai dar surgimento a uma forma difusa de hegemonia colonial que através de novos arranjos, oportunizados pelas crises internas dos Estados e sociedades pós-coloniais, vão resultar na continuidade dos processos de poder e dominação.

4 RESULTADOS: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM PERSPECTIVA DIALÉTICA EM “LEALDADE”

A memória de Fernando oscila conforme amadurece, que passa por situações que o obriga a reconhecer que era necessária uma definição de caráter identitária. Pois passa a entender que após o início do processo de colonização, inicia-se o fluxo de entrada e saída tanto de colonizadores quanto de colonizados para a metrópole como para outras colônias, independentemente do fluxo de saída e entrada, acarretam um contato entre culturas em que tanto uma quanto a outra perde e ganha elementos.

Entende-se, portanto, que uma cultura interfere no outro fenômeno que podemos caracterizar como transculturação. Nesse sentido, vale considerar Said (1995) para o qual o estudo das literaturas pós-coloniais, podem fornecer entendimentos valiosos sobre questões que surgem da observação do encontro entre culturas em condição de dominação. O autor observa que, de modo geral, as culturas tendem a elaborar representações de culturas estrangeiras para melhor dominá-las ou controlá-las. No entanto, ressalta o autor, o que distingue as culturas ocidentais modernas é que não apenas produzem tais representações, mas de fato conseguem impor seu domínio e controle através delas.

4.1 TESE: A INTERNALIZAÇÃO DO IDEAL COLONIAL

A tese inicial é representada pela internalização, pelo protagonista Fernando, do ideal colonial e eurocêntrico. O exposto leva a compreender que há uma reconstrução na história dos conflitos como o bélico ocorrido já no período imperial no Brasil. Sobre isso, com base na obra “Lealdade”, Barros e Sarmento-Pantoja (2014, p. 12) destacam que se pode concluir que “é necessário tirar este episódio do esquecimento e não permitir que fique relegado a uma data do calendário e muito menos a nomes de ruas e prédios públicos, apesar de que até isso está sendo apagado na cidade de Belém”.

Concebe-se que “Lealdade” é uma obra radicada numa época que no Brasil luso-descendentes tinham a ilusão de que seriam bem aceitos na corte portuguesa, como o caso do protagonista. Com origem nas inquietações de Márcio Souza em relação a história de um espaço geográfico com forte ligação ao passado colonial, e com entusiásticos personagens contrários a independência. Nesse cenário que é observado indícios de uma necessidade “estranha” de recontar a história já firmada.

A tetralogia Crônica do Grão-Pará e Rio Negro apresenta histórias de pessoas que viveram na região do Grão-Pará do ano de 1783 ao ano final (1840) da Rebelião. O enfoque está em acontecimentos históricos que levaram à Guerra dos Cabanos. Salienta-se, portanto, o estudo de Salles (1992), o qual explica que a cabanagem ocorreu em prol das classes sociais excluídas do sistema monárquico.

A vida do personagem Fernando é narrada em partes, acompanhando sua jornada do nascimento até sua morte. O protagonista nasceu em Belém, em novembro de 1783, e sua trajetória foi bruscamente interrompida em outubro de 1834, detalhe revelado no segundo volume, “Desordem”. Inicialmente, Fernando é um jovem rico e inexperiente. Ele cresceu amparado pela mãe em Belém, já que seu pai, botânico, vivia no exterior. O plano de se formar militar em Lisboa e servir à pátria portuguesa é posto em xeque pelos amigos, o que desperta no personagem um dilema profundo sobre a quem ele deveria ser leal: à terra em que nasceu, à metrópole europeia ou ao Brasil.

Consta que o protagonista de “Lealdade” Correia foi criado pela mãe em Belém, e seu pai, trabalhava com pesquisas botânicas no exterior. Estudou em Lisboa, formou-se militar e, por sua vez, pensava em servir a pátria portuguesa. Correia considerava Portugal como centro, seu sonho de menino. O patriotismo cresce em seu íntimo e desencadeia a ideia de aderir aos interesses do reino português. Porém, desistiu de tais ideais depois de algumas aventuras amorosas decepcionantes com a corte portuguesa, então, contatou-se a algumas pessoas do Grão-Pará, e decide batalhar por seus ideais fora da Corte.

O primeiro livro trata do período que vai de sua infância a juventude, em que vivia em crise existencial, não se via pertencente ao Grão-Pará, pois considerava atrozes os costumes, bárbaro. A mãe que dele cuidava, buscava suprir a falta que o pai, botânico, lhe fazia. Considerado por Souza (1997, p. 5) como a fase que a memória está num labirinto, “pouco fiel”, deixando assim, margens a dúbias interpretações, um jogo com a imaginação do leitor.

O autor revela que os pais de Fernando decidiram não retornar a Portugal, mas permanecer no Grão-Pará. Mesmo que Fernando tenha vivido nesse espaço até a juventude, seu olho estava voltado em um primeiro momento para Portugal. Habitava a colônia em terras americanas, mas idolatrava o modo de vida europeu. O Grão-Pará, assim como o Brasil, era colônia de Portugal e pertencia somente a esse país.

No Grão-Pará, era, por sua vez, estrangeiro de sua própria terra, porque as suas práticas culturais diferenciavam da maioria das pessoas do povo daquele espaço, ele não se enxergava como colono, mas como português. Fernando sempre demonstrou uma verdadeira negação da terra e do povo, a terra natal parecia estar sempre em desvantagem em relação à metrópole.

Nas lembranças do protagonista, considera essa época como súdito de Portugal. O recorte textual mostra que:

Naquela época eu era um perfeito súdito, um completo vassalo da monarquia portuguesa. Talvez por isso tenha ficado particularmente chocado com a decisão do príncipe regente. Duplamente chocado, devo confessar. Primeiro, por escolher o caminho de fuga, contrariando a velha tradição guerreira de Portugal, desde a expulsão dos muçulmanos até Aljubarrota. E em segundo lugar, porque o príncipe regente não escolheu o Grão-Pará, uma colônia muito mais progressista e que o receberia com o carinho filial que o Vice-Reino do Brasil seria incapaz de lhe dar, já que tínhamos notícias das diversas vezes em que sediciosos e negros revoltados haviam atentado contra a integridade do reino. Era minha convicção, na época, que ao contrário dos brasileiros, os portugueses americanos do Grão-Pará tinham demonstrado sempre o mais completo amor filial a Portugal (SOUZA, 2001, p. 50).

Não só de narrativa viviam os eruditos e como intérprete de um contexto de guerra, Fernando se sentia incapaz de retratar o cenário de horrores que numa região que o verão se estendia, a realidade ficava ainda mais tensa. Tudo se transformava em desventura própria da natureza de um povo, como mostra o trecho que relata o infortúnio da personagem Sofia: “Preto e índio acabam sempre assim por aqui” (SOUZA, 1997, p. 35). Dessas “coisas” que tirava a ideia de terra de bárbaros.

Mesmo somente com a companhia dos indígenas, há um comportamento etnocêntrico por parte do personagem analisado. O choque de culturas os julga como sendo pessoas ásperas e desconfiadas, ou seja, diferentes dele e daqueles com quem costumava conviver. O fato de os indígenas não se preocuparem com ele. Porém, o protagonista, ao disfarce etnocêntrico incrustado até o momento, demonstra que comprehende a atitude deles.

No sistema colonial, a relação entre colonizador e colonizado não se movimenta em um jogo proporcional. Ao primeiro, são outorgadas as mais nobres características: culto, civilizado, trabalhador, fomentador do progresso e da ordem; enquanto, ao segundo, são relegados os adjetivos contrários: bárbaro, incivilizado, preguiçoso, desordeiro, atrasado. Memmi (2007, p. 104) menciona que “A desvalorização do colonizado se estende assim a tudo o que ele toca: inclusive ao seu país, que é feio, quente demais, espantosamente frio, malcheiroso, de clima viciado, com a geografia tão desesperada que o condena ao desprezo e à pobreza, à eterna dependência”.

Visto que desse sistema colonial, Fernando cresceu em um ambiente em que os atos do colonizador eram vistos com admiração, ao passo que os costumes e ritos dos colonizados eram considerados menores. O mesmo ocorreu com a necessidade de fazer parte de um grupo, agarrar-se aos ideais que unem o grupo de seu convívio, os portugueses.

A visão do colono apresentada por Fernando é, mais uma vez uma atitude etnocêntrica ao mostrar o colono como relaxado, bárbaro e vencido pelos vícios. Uma vez que esses colonizadores descrevem os subalternos através dos mesmos adjetivos, visto que são considerados praticamente os mesmos em todos os lugares. Lealdade é narrada pelas recordações de Fernando.

4.2 ANTÍTESE: O DESPERTAR DA CRISE E A LIDERANÇA REGIONAL

A antítese emerge da experiência concreta de Fernando, que entra em contradição com sua visão idealizada. Dois fatores são centrais nesse processo. Primeiro, seu contato com as ideias iluministas na Europa, quando tem acesso a obras de "Voltaire, Diderot, Rousseau", abala suas convicções iniciais e lança as sementes intelectuais para um novo olhar sobre a liberdade (Souza, 1997). Em segundo lugar, e mais decisivo, está a influência de figuras como Batista Campos, "o dinamo, o articulador entre o presente e o futuro" (Souza, 1997). Por meio desse líder, Fernando entra em contato com as demandas e a perspectiva do povo do Grão-Pará, vivenciando na prática o conflito que Hegel (2022) leciona como o motor da transformação. A antítese é, assim, o despertar para uma realidade social e política que contradiz e nega a tese colonial.

Não obstante, reconhecer que a Guerra dos Cabanos (1835-1840) transformou a paisagem do lugar que os personagens viviam dada as fugas arriscadas. Entretanto, modificações significativas tiveram no comportamento das pessoas. Entende-se que houve "amadurecimento psicológico e intelectual do protagonista Fernando" (MESQUITA; ANTUNES, 2017, p. 3428). Pois, transforma a sua vida numa missão a qual era de defender a liberdade de um povo, fazer dela uma nação independente de Coimbra e, do Rio de Janeiro.

Como bem destacam Mesquita (2017), a trajetória de Fernando é marcada por uma profunda crise identitária. No entanto, este artigo busca avançar nessa leitura, argumentando que tal crise não é apenas um drama individual, mas a encenação literária do conflito fundante das identidades pós-coloniais, tensionadas entre a herança europeia e a realidade americana.

A segunda parte de "Lealdade", o autor descreve a região, as minúcias históricas que vai de encontro com o seu desejo de desvelar as entrelinhas da História regional. Jovem adulto vai para Portugal aprender a arte da guerra e com os patrícios de seus pais enfrenta os franceses e Caiene. Porém, foi nesse momento que o protagonista tem acesso às obras escritas por intelectuais revolucionários e/ou simpatizantes da Revolução Francesa. A escrita é, então, resultado da leitura da vida (OLIVEIRA; PAULA; ABREU, 2021) Foi, portanto, nessa fase contada que se apodera do sentimento de pertencimento ao Grão-Pará. Tanto que em suas lembranças, já de volta ao Brasil.

Ao ler "Lealdade", o que se percebe é o impacto avassalador que a literatura iluminista causou no protagonista. O protagonista teve contato com obras de autores como Voltaire, Diderot e Rousseau, além de panfletos da Revolução de 1793. Esses livros, guardados na casa dos pais, representavam inicialmente uma promessa grandiosa — a luz da justiça, da liberdade e da igualdade que acendia a esperança de transformar o Grão-Pará, revelando uma realidade que ia além dos círculos de elite. Contudo, essa idealização é brutalmente desfeita. A experiência real das contradições e dos "horrores"

ligados à própria ideia de liberdade o faz enxergar a filosofia iluminista como algo vazio, sem substância prática, uma sensação fria e superficial.

Essa desilusão leva a uma inversão de valores: o que antes eram considerados inimigos, provavelmente os que lutavam contra o sistema colonial ou a favor de uma outra ordem) passam a ser vistos como os verdadeiros defensores do direito e da justiça, aqueles que realmente combatiam a tirania. É um reconhecimento profundo que encerra o trecho com a anistia simbólica desses antigos adversários.

Após a Independência do Brasil (1822), a Capitania do São José do Rio Negro permaneceu subordinada ao Pará. Com a adesão do Grão-Pará ao Estado Nacional Brasileiro em 1823, infortúnios socioeconômicos geraram uma rebelião popular (PONTES FILHO, 2000). Este movimento, conhecido como Cabanagem ou Revolta dos Cabanos, foi impulsionado por uma camada subalterna, composta por indígenas, africanos/afro-descendentes e caboclos (SALLES, 1992). Essa população marginalizada, sensível aos ideais liberais que se radicalizaram diante da exclusão social e das adversidades econômicas, encontrou na luta por dignidade e liberdade a força motriz para a revolução, atingindo seu ápice durante cinco anos (RODRIGUES, 2019).

Uma das vozes que se destacam em Lealdade é a de Batista Campos, personagem inspirado em uma figura histórica homônima e que teve papel fundamental na organização dos ideais da Cabanagem. Fernando admirava esse personagem, pois como Souza (1997, p. 112) destaca, ele “era o dínamo, o articulador entre o presente e o futuro”.

Batista Campos configura-se como uma figura de poder, um poder procedido do povo. Não exercia a violência física como instrumento para manter-se no poder, mas sim, carisma e a capacidade de arrebatar multidões por meio de seus discursos eram os principais motivadores da legião de seguidores. Se a obediência aos donos do poder que ocuparam a posição de governador ou presidente no Grão-Pará era executada pelo medo, a obediência a Batista Campos manifesta-se na esperança de um novo futuro.

Portanto, o domínio se dava no campo político-social-ideológico, o primeiro, Batista Campos, é apresentado como um homem decidido, otimista e forte. Esse homem impressiona Fernando por ter as qualidades que ele mesmo não tem clareza, inconformidade e carisma. Essas características foram substanciais para promover Batista Campo ao posto de grande líder das necessidades ocorridas no Grão-Pará, sendo, assim, Fernando é tomado pelas concepções do cônego, apropria-se delas e as eleva a ideais que norteiam a sua vida.

O sonho de construir uma sociedade mais justa e igualitária no Grão-Pará constituía o núcleo das argumentações de Batista Campos, cuja imagem se associa ao heroísmo e à idealização projetada

pelas camadas populares. Essa aspiração por mudança pode ser compreendida à luz da análise de Memmi (2007), para quem a relação colonial estabelece um vínculo paradoxal – simultaneamente destrutivo e criador – que transforma ambos os polos: o colonizador é desfigurado na figura do opressor, e o colonizado assume o lugar do oprimido. É precisamente dessa dinâmica, segundo o autor, que surge em todo colonizado uma exigência fundamental de transformação.

O protagonista admira Campos e escolhe como o líder e torna-o seu braço direito, apropriando-se de suas convicções e tomando como próprias. Sendo assim, a construção do personagem de Batista Campos é realizada por meio de um marco forte, a admiração. A amizade e a admiração que Fernando tem por Campos demarcam a construção deste como um homem justo, honesto, sincero e bondoso.

Visto que, todos os momentos da narrativa em que Batista Campos aparece, há o esforço do narrador para a composição de um herói. Fernando e Batista Campos compartilham dos mesmos ideais, fazem parte do mesmo grupo político, as ações dos dois estão ligadas, incluindo um mesmo propósito, a construção da imagem do outro. Sendo assim, Fernando apresenta a si mesmo e a Batista Campos como os heróis da revolução, sendo este o líder e principal mentor a lutar para o povo em prol da causa.

Batista Campos é delineado como a esperança do povo que ansiava por um Grão-Pará livre, capaz de enfrentar quaisquer circunstâncias adversas, a fim de alcançar os objetos propostos, como um homem que renunciou a vida privada a serviço de questões político-sociais.

A antítese emerge da experiência concreta de Fernando, que entra em contradição com sua visão idealizada. Dois fatores são centrais nesse processo. Primeiro, seu contato com as ideias iluministas na Europa, quando tem acesso a obras de "Voltaire, Diderot, Rousseau", abala suas convicções iniciais e lança as sementes intelectuais para um novo olhar sobre a liberdade (Souza, 1997). Em segundo lugar, e mais decisivo, está a influência de figuras como Batista Campos, "o dínamo, o articulador entre o presente e o futuro" (Souza, 1997). Por meio desse líder, Fernando entra em contato com as demandas e a perspectiva do povo do Grão-Pará, vivenciando na prática o conflito que Hegel (2022) leciona como o motor da transformação. A antítese é, assim, o despertar para uma realidade social e política que contradiz e nega a tese colonial.

Não obstante, reconhecer que a Guerra dos Cabanos (1835-1840) transformou a paisagem do lugar que os personagens viviam dada as fugas arriscadas. Entretanto, modificações significativas tiveram no comportamento das pessoas. Entende-se que houve “amadurecimento psicológico e intelectual do protagonista Fernando” (MESQUITA; ANTUNES, 2017, p. 3428). Pois, transforma a sua vida numa missão a qual era de defender a liberdade de um povo, fazer dela uma nação independente de Coimbra e, do Rio de Janeiro.

Como bem destacam Mesquita (2017), a trajetória de Fernando é marcada por uma profunda crise identitária. No entanto, este artigo busca avançar nessa leitura, argumentando que tal crise não é apenas um drama individual, mas a encenação literária do conflito fundante das identidades pós-coloniais, tensionadas entre a herança europeia e a realidade americana.

A segunda parte de “Lealdade”, o autor descreve a região, as minúcias históricas que vai de encontro com o seu desejo de desvelar as entrelinhas da História regional. Jovem adulto vai para Portugal aprender a arte da guerra e com os patrícios de seus pais enfrenta os franceses e Caiene. Porém, foi nesse momento que o protagonista tem acesso às obras escritas por intelectuais revolucionários e/ou simpatizantes da Revolução Francesa. A escrita é, então, resultado da leitura da vida. Foi, portanto, nessa fase contada que se apodera do sentimento de pertencimento ao Grão-Pará. Tanto que em suas lembranças, já de volta ao Brasil.

Ao ler “Lealdade”, o que se percebe é o impacto avassalador que a literatura iluminista causou no protagonista. O protagonista teve contato com obras de autores como Voltaire, Diderot e Rousseau, além de panfletos da Revolução de 1793. Esses livros, guardados na casa dos pais, representavam inicialmente uma promessa grandiosa — a luz da justiça, da liberdade e da igualdade que acendia a esperança de transformar o Grão-Pará, revelando uma realidade que ia além dos círculos de elite. Contudo, essa idealização é brutalmente desfeita. A experiência real das contradições e dos "horrores" ligados à própria ideia de liberdade o faz enxergar a filosofia iluminista como algo vazio, sem substância prática, uma sensação fria e superficial.

Essa desilusão leva a uma inversão de valores: o que antes eram considerados inimigos, provavelmente os que lutavam contra o sistema colonial ou a favor de uma outra ordem) passam a ser vistos como os verdadeiros defensores do direito e da justiça, aqueles que realmente combatiam a tirania. É um reconhecimento profundo que encerra o trecho com a anistia simbólica desses antigos adversários.

Após a Independência do Brasil (1822), a Capitania do São José do Rio Negro permaneceu subordinada ao Pará. Com a adesão do Grão-Pará ao Estado Nacional Brasileiro em 1823, infortúnios socioeconômicos geraram uma rebelião popular (PONTES FILHO, 2000). Este movimento, conhecido como Cabanagem ou Revolta dos Cabanos, foi impulsionado por uma camada subalterna, composta por indígenas, africanos/afro-descendentes e caboclos (SALLES, 1992). Essa população marginalizada, sensível aos ideais liberais que se radicalizaram diante da exclusão social e das adversidades econômicas, encontrou na luta por dignidade e liberdade a força motriz para a revolução, atingindo seu ápice durante cinco anos (RODRIGUES, 2019).

Uma das vozes que se destacam em Lealdade é a de Batista Campos, personagem inspirado em uma figura histórica homônima e que teve papel fundamental na organização dos ideais da Cabanagem. Fernando admirava esse personagem, pois como Souza (1997, p. 112) destaca, ele “era o dínamo, o articulador entre o presente e o futuro”.

Batista Campos configura-se como uma figura de poder, um poder procedido do povo. Não exercia a violência física como instrumento para manter-se no poder, mas sim, carisma e a capacidade de arrebatar multidões por meio de seus discursos eram os principais motivadores da legião de seguidores. Se a obediência aos donos do poder que ocuparam a posição de governador ou presidente no Grão-Pará era executada pelo medo, a obediência a Batista Campos manifesta-se na esperança de um novo futuro.

Portanto, o domínio se dava no campo político-social-ideológico, o primeiro, Batista Campos, é apresentado como um homem decidido, otimista e forte. Esse homem impressiona Fernando por ter as qualidades que ele mesmo não tem clareza, inconformidade e carisma. Essas características foram substanciais para promover Batista Campo ao posto de grande líder das necessidades ocorridas no Grão-Pará, sendo, assim, Fernando é tomado pelas concepções do cônego, apropria-se delas e as eleva a ideais que norteiam a sua vida.

O sonho de construir uma sociedade mais justa e igualitária no Grão-Pará constituía o núcleo das argumentações de Batista Campos, cuja imagem se associa ao heroísmo e à idealização projetada pelas camadas populares. Essa aspiração por mudança pode ser compreendida à luz da análise de Memmi (2007), para quem a relação colonial estabelece um vínculo paradoxal – simultaneamente destrutivo e criador – que transforma ambos os polos: o colonizador é desfigurado na figura do opressor, e o colonizado assume o lugar do oprimido. É precisamente dessa dinâmica, segundo o autor, que surge em todo colonizado uma exigência fundamental de transformação.

O protagonista admira Campos e escolhe como o líder e torna-o seu braço direito, apropriando-se de suas convicções e tomando como próprias. Sendo assim, a construção do personagem de Batista Campos é realizada por meio de um marco forte, a admiração. A amizade e a admiração que Fernando tem por Campos demarcam a construção deste como um homem justo, honesto, sincero e bondoso.

Visto que, todos os momentos da narrativa em que Batista Campos aparece, há o esforço do narrador para a composição de um herói. Fernando e Batista Campos compartilham dos mesmos ideais, fazem parte do mesmo grupo político, as ações dos dois estão ligadas, incluindo um mesmo propósito, a construção da imagem do outro. Sendo assim, Fernando apresenta a si mesmo e a Batista Campos como os heróis da revolução, sendo este o líder e principal mentor a lutar para o povo em prol da causa.

Batista Campos é delineado como a esperança do povo que ansiava por um Grão-Pará livre, capaz de enfrentar quaisquer circunstâncias adversas, a fim de alcançar os objetos propostos, como um homem que renunciou a vida privada a serviço de questões político-sociais.

4.3 SÍNTESE: MEMÓRIA FALÍVEL, POLIFONIA E IDENTIDADE EM DEVIR

A síntese resultante desse movimento não é um ponto final harmonioso, mas uma nova configuração carregada de tensões, que se torna, ela própria, uma nova tese. Fernando abraça a causa da independência do Grão-Pará, porém, "por toda a sua vida ele carregou consigo a dúvida de quem era de fato". Sua identidade se constitui como um híbrido, um "estrangeiro de sua própria terra" que, no entanto, luta por ela. Esta síntese problemática ilustra o conceito de Stuart Hall (2014) de que a descolonização foi um "processo longo, gradual e diferenciado", cujos efeitos se internalizam de forma difusa na sociedade pós-colonial. A suposta lealdade final de Fernando não é mais à metrópole, mas tampouco é a uma identidade fixa e resolvida; é uma lealdade em construção, marcada pela "transculturação narrativa" que Rama (1982) caracteriza a modernização sem destruição de identidade na América Latina. A síntese é, portanto, o reconhecimento da identidade como um devir permanente.

Nesta linha de reflexão, considera-se que a memória, é difícil de ser apagada, mesmo que o protagonista afirme nos finais de sua narrativa que a memória poderia ser falha. Veja que Souza (1997), relata:

Leio estas linhas mais uma vez, página a página, e sei que nenhuma gota amarga será capaz de substituir o que realmente aconteceu. Mas o que fazer? Minhas ideias, eu o sei, jamais foram claras o suficiente para registrar algo sensato, algo que seja capaz de enfrentar a temosia do esquecimento (SOUZA, 1997, p. 231).

Este trecho que pode parecer uma mera confissão de fraqueza, é uma explicitação do principal dispositivo crítico da obra: a metaficação. Pois, ao questionar a fiabilidade de seu próprio registro, Fernando/Souza desestabiliza a noção de uma história oficial e única, numa evidente proposta de narrativa fragmentada e subjetiva como forma de resistência decolonial. A memória "pouco fiel" torna-se, assim, um instrumento político.

No exílio, percebe como está mais parecido aos colonos e que por isso os militares que passam por este não lhe dão importância. Andava sempre descalço e usava apenas um calção rústico, bem largo. Era o próprio colono relaxado, que não se dá ao respeito, que vive como um bárbaro e se deixou vencer pelos vícios dos trópicos: "Por isso os militares me olharam com desprezo" (SOUZA, 1997, p.156). Diversas situações foram forjadas para justificar a soberania do colonizador.

Constata-se que a memória está vinculada à pretensão de ser fiel ao passado, conforme proposto por Ricoeur (2007). Dessa forma, o esquecimento não representa uma falha, mas sim a contraparte sombria da lembrança — aquilo que permanece nas trevas, ainda ligado ao que vivemos antes mesmo de ser transformado em recordação.

O terceiro livro arremete ao histórico ano de 1823 quando o Brasil é, de fato considerado liberto de Portugal. Considerado pelo protagonista como ano trágico. Nele é perceptível a crise identitária de Fernando. Mas, sua decisão, nesse momento é narrado como a de um herói que busca por lutar pela liberdade da população mais fragilizada, necessitaria de reconstrução de uma identidade nacional. O crescente interesse foi justo pelo amadurecimento intelectual, o qual fica claro na narrativa.

O protagonista escreve sobre o ocorrido naqueles dias de conflitos armados, de sol escaldante, firme, forte, soberano. Concentrado em suas próprias palavras escritas retrata indignação, perplexidade perante a sua impotência perante os acontecimentos. Em suas palavras diz que mesmo que suas ideias serem falhas, busca por manter a dignidade e que a raiva significa, mesmo que não pareça ser um gesto heroico.

Mesmo que tenha a noção de suas limitações Fernando não realizou os sonhos que almejava no Grão-Pará. Logo após ser decretada a independência do Brasil, em 1822, os habitantes locais se dividiram em três grupos: uns acreditavam que deveriam continuar como colônia de Portugal, ligados direto a Lisboa; outros eram a favor da independência do Brasil e assim se unirem ao Brasil, tinham os que apoiavam ser independentes de ambos.

O protagonista de Lealdade foi eleito em fevereiro de 1823 para a Câmara Municipal. “Foi uma campanha difícil, limitada em todos os sentidos pelos portugueses. Mas o povo de Belém sabia o que queria: nenhum português se elegeu. Era uma manifestação clara da preferência do povo pela independência do Grão-Pará” (SOUZA, 1997, p. 174). Mas, nem por isso, as crises identitária de Fernando cessaram. Por toda a sua vida ele carregou consigo a dúvida de quem era de fato. Por mais que tenha se colocado a serviço do povo ele carregava n’alma as incertezas dos luso-brasileiros. As experiências amargas dos horrores que presenciou durante a cabanagem, por exemplo, foi outro fato que não o deixava em paz.

Nesse cenário que “Lealdade” se encontra e, a construção da linguagem narrativa é predominante através das vozes dos povos nativos da região, linguagem que conduz o leitor a mergulhar nesses férteis rios de histórias infundáveis, clamores que ecoaram das margens dos rios para as páginas do livro, o que proporciona ao leitor uma ruptura de estereótipos em ocasiões propícias, propagados pelo discurso colonial.

A prosa em “Lealdade” incorpora ativamente o discurso fincado na memória dos povos nativos. Isso é perceptível não apenas no conteúdo, mas na própria forma da narrativa, como na descrição da “cacofonia misteriosa” de sons e raças no cais (SOUZA, 1997, p. 16). Essa polifonia linguística e cultural materializa no nível da escrita o processo de transculturação narrativa, constituindo-se como uma resistência estética à homogeneização colonial.

Compreende-se logo nas primeiras páginas da obra “Lealdade”, a miscigenação do Grão-Pará quando o autor destaca que haviam,

Três cores de peles, raças distintas. E sob o disfarce do catolicismo dominante, superstições antigas, feitiçarias poderosas, mandingas e puçangas; e os sedutores falares, sons do fundo da floresta virgem e savanas africanas, todos juntos a formar uma cacofonia misteriosa; e nas águas barrentas do cais, escunas, veleiros de três mastros e as milhares de vigilengas com suas velas latinas (SOUZA, 1997, p. 16).

Diante desse quadro, a análise cartográfica da narrativa confere materialidade jurídica ao espaço amazônico. O cais, enquanto *locus* geográfico de confluência, é elevado à categoria de testemunha material e registro topográfico de uma história não oficial. A "cacofonia misteriosa" descrita por Souza (1997) constitui, assim, a prova testemunhal de uma biodiversidade que o projeto colonial tentou suprimir.

Dessa forma, a obra opera uma reivindicação jurisdicional sobre a memória, inscrita no próprio território, onde a polifonia sonora e cultural se erige como um direito fundamental à existência plural. Dessa forma, contesta a hegemonia de uma única versão dos fatos e reivindica, para as vozes silenciadas, o direito ao lugar e à sua própria narrativa histórica.

5 DISCUSSÃO: IMPLICAÇÕES DO DECOLONIAL E AS CATEGORIAS DE RESISTÊNCIA

A análise do romance “Lealdade” sob a ótica dialética, revela um processo dinâmico de constituição da identidade do protagonista, Fernando, e da própria região do Grão-Pará. Este movimento, compreendido através do esquema tese-antítese-síntese, ilustra a tensão permanente entre o projeto colonial internalizado e a emergência de uma consciência local.

A trajetória de Fernando é uma encenação do trauma colonial, onde sua Tese é a adesão inquestionável ao ideal eurocêntrico; a Antítese é o choque com a experiência concreta amazônica e o despertar político através da liderança popular; e a Síntese configura-se como a identidade híbrida e em devir, marcada pela dúvida e pela luta.

Esta discussão retoma os resultados dessa análise para situar a obra de Márcio Souza dentro das implicações teóricas mais amplas dos estudos decoloniais, focando nas quatro categorias de resistência propostas na introdução: a Metaficção como Estratégia, a Geografia do Conflito, a Polifonia Cultural e o Direito à Memória como Reparação.

A memória falível do protagonista Fernando, um elemento central da Síntese, não deve ser vista como uma falha narrativa, mas como um dispositivo crítico da metaficção historiográfica. A narrativa “pouco fiel” (SOUZA, 1997, p. 5) do protagonista é a própria estratégia de descolonização do saber. Ao colocar em xeque seu próprio registro, o narrador desestabiliza a noção de uma História oficial, objetiva e única, aquela “forjada pelos vetores do poder” que silencia as periferias. A polifonia narrativa em “Lealdade” (SOUZA, 1997, p. 16), com suas múltiplas vozes de raças e culturas, materializa a resistência à homogeneização colonial.

A obra se alinha, portanto, ao Direito à Memória (BRASIL, 1988; 2011), operando como um gesto de reparação simbólica. Ao resgatar a Cabanagem pela perspectiva dos vencidos e marginalizados, o romance atua como um arquivo vivo que desafia o “direito ao esquecimento” e afirma a primazia da memória coletiva sobre a narrativa hegemônica.

O conflito interno de Fernando espelha o conflito do espaço amazônico, confirmando a relevância da Geografia do Conflito (Lefebvre, 2006). O território do Grão-Pará e Rio Negro, inicialmente menosprezado por Fernando (Tese) como “terra de bárbaros”, se transforma em agente ativo que força o protagonista a redefinir sua lealdade. O espaço não é um mero pano de fundo, mas um produtor de relações de poder, onde a rebelião dos Cabanos é geograficamente localizada e socialmente determinada.

O Grão-Pará, que o Império do Brasil queria pedindo “esmolas”, é o palco da Antítese. A denúncia do saque colonial e da exploração econômica demonstra que a luta do protagonista pela identidade regional está intrinsecamente ligada à autodeterminação do território. A crise individual de Fernando é, em última instância, a crise coletiva de um espaço periférico tentando se desvincilar da colonialidade do poder.

6 CONCLUSÃO

A análise de *Lealdade*, de Márcio Souza, confirma a literatura pós-colonial como espaço privilegiado de reexistência, onde a experiência humana sob o colonialismo ganha voz e densidade. No caso específico do romance, essa manifestação se dá através de um cuidadoso trabalho narrativo que desloca o olhar dos grandes eventos históricos para os desdobramentos íntimos e coletivos vivenciados pelos personagens no Grão-Pará. O hibridismo, a crise identitária e a tensão entre

memória e esquecimento, longe de serem meros elementos temáticos, revelam-se ferramentas de uma caracterização transcultural profundamente comprometida com a reivindicação de uma voz amazônica.

Conclui-se que a obra estrutura sua força decolonial em quatro pilares interligados. Primeiro, a metaficação como estratégia decolonial, onde a memória falível do protagonista Fernando deixa de ser uma fraqueza para tornar-se um instrumento político, questionando a noção de uma história única e resgatando a experiência dos silenciados. A geografia do conflito, onde o território amazônico transfigura-se de cenário passivo em agente político ativo, espelha e influencia a crise identitária do protagonista, dividido entre seu ideal europeu e a realidade amazônica.

Terceiro, a polifonia como resistência cultural, materializada na "cacofonia misteriosa" de vozes, sons e raças que compõem o tecido social do Grão-Pará. Essa estratégia narrativa incorpora o conceito de transculturação, construindo um contradiscurso que confirma as marcas da exclusão, mas, sobretudo, as possibilidades de reexistência. Por fim, o direito à memória como reparação simbólica, pelo qual o romance se alinha à fundamentação jurídica que assegura o direito à verdade, operando como um gesto de reparação ao recontar a Cabanagem pela perspectiva dos vencidos.

Dessa forma, "Lealdade" consolida-se como arquivo vivo e um ato político decolonial, no presente, mais do que consolidar o passado, que também é uma variável importante. A obra demonstra o poder da literatura em remapear simbolicamente a memória e o território, entrelaçando-os numa narrativa que é, ela própria, um território de disputa e resistência. O romance de Souza evidencia, por fim, que os estudos decoloniais e as literaturas pós-coloniais são fundamentais para que a história seja permanentemente recontada a partir da perspectiva daqueles que a viveram – condição essencial para a justiça histórica e a descolonização dos saberes.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Liliane Batista; SARMENTO-PANTOJA, Tânia Maria Pereira. A reconstrução da História em Lealdade de Márcio Souza e em as Duas Sombras Do Rio De João Paulo Borges Coelho. In: *ANAIIS...* XIV Encontro da ABRALIC, 2014, Belém. Anais do XIV Encontro da ABRALIC, 2014. p. 798-810.

BARROS, Geovana Mendes; SOUSA, Jackson. Geografia e pensamento decolonial: Notas breves. *Revista Verde Grande: Geografia E Interdisciplinaridade*, Montes Claros, v. 7, n. 01, p. 619–635, 2025.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

BRASIL. *Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011*. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasil: Brasilia, 1988.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de (Org.). *Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências* Belém: NAEA, 2017. 408 p.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.

COSER, Stelamaris. Híbrido, Hibridismo e Hibridização. Pós-colonialismo e pós-colonialidade. In: FIGUEIREDO, Euridice. (Org.). *Conceitos de Literatura e Cultura*. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2010. 490p. p. 163-188.

CLAVAL, Paul. *História da Geografia*. Lisboa: Edições 70, 2006.

ESCOBAR, Arturo. *Más allá del Tercer Mundo. Globalización y diferencia*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia—Universidad del Cauca, 2005. 277p.

ESLAVA, Fernando Villarraga. Atualidade e pertinência do conceito de transculturação narrativa: uma hipótese de trabalho. *Letras (UFSM)*, v. 35, p. 187-206, 2007.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GOMES, Márcia Letícia. *Como nuvens que jamais seriam chuvas: A história, a escrita literária e a memória da Cabanagem nas Crônicas do Grão-Pará e Rio de Negro de Márcio Souza*. Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande. 2017. 187f.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 1993. p. 152. p. 122-152.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais. Arte e colonialidade.** n.3. São Paulo: MASP Afterall, 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2

QUINTERO, Pablo. Coloinalidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. Org. *La colonialidad del saber eurocentrismo y ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.p. 201-246.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15 ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2014. 136p.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Ciência da Lógica*. Trad. de Christian G. Iber, Fernando Orsi e Tomas G. M. Iturbe. Edição em Português: Petrópolis: Vozes, 2022. 3 v.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. São Paulo: Loyola, 2006.

MESQUITA, Maria Claudia de; ANTUNES, Benedito. Lealdade (1997), de Márcio Souza: os espaços narrativos e a construção da identidade amazônica. 2017. In: ANAIS... XV Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada - ABRALIC. Lealdade (1997), de Márcio Souza: os espaços narrativos e a construção da identidade amazônica. 2017. (Congresso).

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Trad. Marcelo J. De Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 192p.

MESQUITA, Maria Cláudia de. *Literatura e história: uma leitura de Lealdade (1997), de Márcio Souza*. Assis, 2009 103 f. Dissertação [Mestrado]. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2009.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2007. 244p.

MIGNOLO, Walter. *Cambiando las éticas y las políticas del conocimiento: lógicas de la colonialidad y poscolonialidad imperial*. Tabula Rasa,n.3, 2005,pp.47-72. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero03/>. Acesso em: 15 set. 2025.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo. (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: 2005, p.71-103

NOGUEIRA João Pontes. Prefácio. In: TOLEDO, Áureo (org.). *Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais*. Salvador: EDUFBA, 2021. 288 p.

PONTES FILHO, Raimundo Pereira. *Estudos de história do Amazonas*. Manaus: Valer, 2000. 240p. 022.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 1995. 528p.

SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente Como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 480p.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*: esboço do pensamento político revolucionário no Grão-Pará. Belém: CEJUP, 1992. 319p.

RAMA, Angel. *Transculturación narrativa en América Latina*. México: Siglo XXI, 1982. 305p.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François et. al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. 536p.

RODRIGUES, Denise Simões *Revolução cabana e construção da identidade amazônica*. Belém: EDUEPA, 2019. 266 p.

SANTOS, Eloína Prati do. Pós-colonialismo e pós-colonialidade. In: FIGUEIREDO, Euridice. (Org.). *Conceitos de Literatura e Cultura*. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2010. 490p. p. 341-367.

SOUZA, Márcio. *Lealdade*. 2. ed. São Paulo: Marco Zero, 1997. 256p.